

## EDITORIAL: DIREITOS HUMANOS E MINORIAS SOCIAIS

Vive-se em um país onde há, diariamente, graves violações a direitos humanos. Entre as principais razões que explicam a violação de direitos no Brasil, podem-se destacar aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, históricos e conjunturais, a omissão das instituições e a carência do Estado para administrar legalmente a repressão e fomentar a prevenção. É possível perceber a naturalização de uma cultura de violação de direitos neste país, que se reproduz por meio das formas enraizadas de opressão de populações e segmentos estigmatizados, como pessoas negras, mulheres, idosos, indígenas, pessoas LGBTQIA+, pessoas com deficiência e economicamente pobres.

São as chamadas minorias sociais, ou seja, grupos que se encontram marginalizados e não exercem seus direitos em iguais condições aos demais cidadãos, em decorrência de um processo histórico marcado por exclusões e injustiças sociais. Não necessariamente se trata de uma minoria numérica. Mulheres, por exemplo, são a maioria em termos de número, assim como pessoas negras, no Brasil. Porém são grupos que apresentam inúmeras desvantagens históricas e culturais em relação a outra parcela da população, e isto acaba fazendo com que estas pessoas se encontrem numa posição de maior vulnerabilidade e sofram mais discriminação por serem quem são.

Em tal contexto, apesar da evidente responsabilidade do Estado, que deve atuar na criação de políticas públicas e ações afirmativas de redução de desigualdades e muitas vezes é omissa nesse sentido, devemos questionar também o que nós, enquanto cidadãos, podemos fazer a respeito disso, e qual o papel das instituições de ensino superior nesta equação. Considerando a perspectiva da pedagogia engajada à transformação social, entende-se que instituições de ensino, educadoras e educadores devem não somente buscar romper com discursos discriminatórios e preconceituosos que reforçam e naturalizam a hierarquização entre pessoas, mas, também, levar a informação adiante, promover a reflexão sobre problemas sociais, dar voz a grupos socialmente invisibilizados, contribuir com a conscientização em relação aos direitos humanos no intuito de mobilizar as ações pessoais e profissionais de estudantes a partir da perspectiva dos interesses coletivos e do compromisso social com a transformação da realidade.

Estes são os principais objetivos do Núcleo de Direitos Humanos (NDH) do Unifeso, que, entre as diversas ações para promover, em âmbito universitário, uma cultura voltada ao respeito aos direitos humanos, criou a revista *Pluralidades*, que chega à segunda edição. Recebemos diversos artigos com enfoque nas já citadas minorias sociais, sendo possível citar questões relacionadas à tutela de direitos de crianças e adolescentes, desigualdade de gênero e de raça no mercado de trabalho, acessibilidade jurídica voltada a pessoas surdas, encarceramento feminino em massa e redistribuição de renda. Além disso, há também pesquisas relacionadas aos campos dos direitos humanos digitais e da sustentabilidade, temas em ascensão na atualidade.

Em nome da equipe do Núcleo de Direitos Humanos do UNIFESO, que também é responsável pelo lançamento dessa revista, desejo a todos excelentes leitura e reflexão!

Tainah Simões Sales Thiago  
Membro do Conselho Editorial da Revista Pluralidades